

As liberdades de expressão e da imprensa e a cultura do silêncio no Brasil

Entrevista com Venício Lima

Renato Rovai

*Mestre em Comunicação pela USP e professor da Faculdade Cásper Líbero
Email: rrjunior@casperlibero.edu.br*

Mineiro de Sabará, Venício Artur de Lima, 70 anos completados em 2015, é um dos mais importantes teóricos da comunicação do Brasil. Professor aposentado da Universidade de Brasília, Venício tem dois pós-doutorados. O primeiro pelo *Institute of Communications Research* da *University of Illinois*, concluído em 1987. Venício também fez o mestrado e o doutorado nessa universidade. E o segundo, pela Miami University, Oxford, Ohio, em 1991.

O último livro de comunicação publicado por Venício é “Cultura do silêncio e democracia no Brasil”, Editora UnB, em que ele parte de Paulo Freire e Stuart Hall para discutir o papel da mídia na interdição do debate público. Nesta entrevista, além dessa discussão, Venício retoma o debate de outra obra, “Liberdade de imprensa x liberdade de expressão”, Editora Publisher Brasil. Provoca uma reflexão sobre o risco que a interpretação equivocada desses conceitos causa para a consolidação do processo democrático.

Communicare – O senhor acaba de lançar o livro “Cultura do silêncio e democracia no Brasil”, em que recupera ideias de Paulo Freire e de Stuart Hall sobre a questão da comunicação. Por que escolheu trabalhar com dois autores que não são reconhecidos por fazer o debate da temática?

Venício Lima - Bom, primeiro porque esse livro é uma espécie de balanço, necessariamente parcial, do que fiz nos últimos trinta, trinta e cinco anos. E a motivação imediata para fazê-lo foi o fato de que estava completando 70 anos de idade. Pessoas mais próximas incentivaram-me a fazer uma coletânea ou algo do gênero e diante disso há várias alternativas. Eu resolvi organizar esse balanço em uma linha não só cronológica, mas também biográfica e a opção por Paulo Freire e Stuart Hall guarda relação com isso. O Paulo Freire foi o objeto da minha tese de doutorado. Isso porque a minha formação, vamos dizer assim, cívica, ocorreu no início da década de 60. Sou de 45 e em 60 tinha 15 anos e me envolvi muito cedo com o movimento estudantil e também com a Ação Católica. Estudei em Ouro Preto (MG), num ambiente onde o movimento estudantil sempre foi muito ativo, e onde tinha uma comunidade ligada naquela época à chamada Igreja Progressista. Nesses ambientes comentavam-se muito as ideias de Paulo Freire. Depois fui para Belo Horizonte fazer universidade e me envolvi lá com um grupo que trabalhava em projetos de alfabetização nas favelas e usava o “método Paulo Freire”. Ou seja, eu tinha um envolvimento biográfico com o Paulo Freire, e às vésperas do golpe de 64, havia, nesses grupos dos quais eu participava, uma esperança muito grande de que a implantação do Plano Nacional de Alfabetização, coordenado pelo Paulo Freire, alfabetizasse pessoas que poderiam votar nas eleições seguintes em um candidato de esquerda, uma das possibilidades era o Miguel Arraes (então governador de Pernambuco). Eu me lembro com muita clareza e nitidez disso. Mas aí veio o golpe e tudo evidentemente foi interrompido.

Anos mais tarde, quando estava diante da necessidade de escolher um objeto para a tese de doutorado, que eu fiz fora do Brasil, me veio a ideia de trabalhar com o Paulo Freire, com quem eu já tinha começado a trabalhar aqui na Universidade de Brasília (UnB), e sobretudo com um livrinho, um ensaio que o Paulo Freire escreveu na época da experiência dele com a reforma agrária da democracia cristã no Chile, cujo nome é “Extensão ou comunicação?” (original Chile, 1969; 1ª. edição no Brasil, 1971). Eu achava que talvez pudesse sair dali alguma coisa. Isso era na metade da década de 70, em 1975, 76. Nessa época Paulo Freire estava exilado do Brasil. Havia muitos trabalhos sobre ele na área da educação, mas também em teologia, religião, serviço social, no entanto não havia nada na área de comunicação. Eu achei que podia trabalhar as ideias de Paulo Freire, não só a “Extensão ou comunicação?”, mas o que ele já tinha publicado na época, numa perspectiva do que eu estava começando a estudar naquele período, a dos Estudos Culturais na Comunicação.

Aí tem uma coisa curiosa, porque nessa época o Stuart Hall ainda não era tão importante. O grande nome dos Estudos Culturais nos Estados Unidos era o James Carey, de quem inclusive fui aluno, na universidade de Illinois. Já nos Estudos Culturais Britânicos, o grande nome da época era o Raymond Williams, que o Stuart Hall reconhece como influência muito importante para ele.

Para fazer a tese sobre o Paulo Freire, para entendê-lo, eu tive de estudar as ideias que circulavam no Brasil naquele período, importantes para a própria formação do Paulo Freire, e que indiretamente tiveram grande relevância na minha formação. Ao fazer isso, passei a entender sua grande contribuição para a chamada comunicação dialógica, que, estou convencido, oferece um paradigma fundamental para a ideia de direitos humanos da comunicação. Mas também há outras ideias fundamentais nos trabalhos de Paulo Freire, como a ideia da cultura do silêncio, que num certo sentido é o fio condutor desse livro. Então, o Paulo Freire está dentro desse contexto.

Quanto ao Stuart Hall, eu já tinha desde o doutorado certo contato com os Estudos Culturais Britânicos, mas via o Raymond Williams. Quando voltei para o pós-doutorado, em Illinois (EUA), eu já conhecia um jovem professor de lá que tinha estudado no Centro de Estudos Culturais de Birmingham, o Lawrence Grossberg. Ele tinha sido aluno do Raymond Williams e feito uma tese de doutorado comparando os Estudos Culturais Britânicos com os Estudos Culturais Americanos, que no fundo era comparar James Carey com Raymond Williams. Ao mesmo tempo, ele era um estudioso de Stuart Hall. Ou seja, quando voltei para o pós-doutorado, redescobri os Estudos Culturais, vamos dizer assim, e me concentrei muito nas ideias de Stuart Hall. Através disso redescobri Gramsci, porque Stuart Hall é um gramsciano. Lendo Stuart Hall percebi a contribuição imensa de Gramsci para uma rediscussão dos aspectos superestruturais numa

ideia de marxismo. Paulo Freire e Stuart Hall tiveram importância fundamental na minha formação. Eles deram uma contribuição importante para o debate da área de comunicação, com a ressalva de que Stuart Hall, por circunstâncias muito próprias da biografia dele, a partir dos anos 1990, optou por se dedicar quase que exclusivamente à questão do multiculturalismo, da identidade e ele foi se afastando dos temas relacionados ao papel fundamental da mídia em relação à política e à cultura.

Communicare - Em relação à “cultura do silêncio”, como o senhor relaciona essa questão com a história da democracia no Brasil?

VL - Sou fascinado pela história das ideias. Sempre fui. Eu tive um professor no meu doutorado, em Illinois, o Clifford Christians, que me estimulava muito a fazer esse percurso. E uma das coisas que me intrigava era de onde o Paulo Freire havia tirado essa ideia de “cultura do silêncio”, como esse conceito foi construído. Vou abreviar porque essa é uma história longa, mas se você pegar o primeiro texto público de referência do Paulo Freire, que é uma tese que ele fez para uma vaga de professor na antiga Universidade do Recife e que depois virou Universidade Federal de Pernambuco, e que foi publicada posteriormente com o título de “Educação e atualidade brasileira”, um texto muito parecido com o que veio a ser o “Educação como prática da liberdade”, publicado uns 10 anos depois, Paulo Freire apresenta uma proposta de educação como prática da liberdade. Uma das justificativas que ele apresenta para a formulação dessa proposta é uma visão de que a sociedade brasileira foi formada sem a experiência da democracia, o que ele chama de inexperiência democrática. Isto é muito interessante porque ele recorre a vários intérpretes do Brasil, um deles o Oliveira Viana, identificado como matriz do pensamento autoritário. Mas a análise que ele faz da formação da sociedade brasileira e que é aproveitada por Paulo Freire, porque é a correta, mostra como, ao contrário do que aconteceu em alguns países europeus, aqui na nossa experiência, por características do tamanho do território, da forma como os portugueses escolheram para ocupar populacionalmente o território e dividir, não houve no Brasil a experiência democrática, uma experiência de exercício partilhado de poder. Paulo Freire escreve isso no final da década de 1950. E para tratar disso, Paulo Freire lê um contemporâneo dele, pouquíssimo citado no meio acadêmico e que eu não consegui descobrir exatamente quem é, um sujeito que assina E. L. Berlinck, que escreveu um livro que chama “Fatores adversos na formação brasileira” (1948). Berlinck, faz um apanhado histórico e utiliza um autor inglês, Robert Southey, que foi quem escreveu a primeira história do Brasil publicada. Até existe uma escrita anteriormente, mas que foi publicada depois da de Southey. A dele foi publicada no início do século XIX, entre 1810 e 1819, em três volumes. Berlinck, recorre a essa história do Brasil. O Robert Southey por sua vez, no século XVII, recorre a um sermão do Padre Antônio Vieira, feito em

julho de 1640, na chegada do novo vice-rei, o Marques de Montalvão, em Salvador. Naquela ocasião, o Vieira faz um balanço da situação do Brasil, e pela liturgia católica o sermão tinha que se apoiar na festa que estava sendo celebrada. Era o dia 4 de julho de 1640, dia da festa da Visitação da Nossa Senhora, aquela passagem do evangelho de Lucas em que Nossa Senhora grávida vai procurar a prima Isabel, mais idosa e que também está grávida de João Batista. Diz Lucas no evangelho, quando Maria chega para visitar Isabel grávida, Maria traz no ventre Jesus. E lá no ventre, João Batista percebendo que é Jesus quem está no ventre de Maria, se manifesta, se mexe, mas não pode falar ainda. Então essa passagem que Vieira cita em latim no sermão, começa com a palavra *infans* - aquele que não fala, que ainda não se expressa porque é um feto. Assim, usa essa passagem em uma fala para o vice-rei descrevendo a situação do Brasil. E diz que aquela é a principal característica daquele Brasil. Isso aqui era um pedaço de Portugal. A ideia de nacionalidade no Brasil é muito posterior a isso, mas aí eu estou querendo retomar de onde vem a ideia de cultura do silêncio. No discurso de Vieira, o principal mal do Brasil, a principal doença brasileira, é viver algo parecido com a situação do *infans*, que não conseguia se expressar, não conseguia falar, que o grande mal do Brasil, era não poder se expressar. E que em todas as vezes que isso foi tentado, ou a violência ou a falta de razão, tinha impedido a manifestação brasileira.

Paulo Freire combina essa ideia do Vieira, de um país que não se expressa, com a questão da inexperiência democrática. Sem querer, Paulo Freire estava dando ênfase ao papel que a fala, a expressão, o direito à voz, tem na própria ideia de democracia. Na Grécia, na democracia ateniense, a ideia de igualdade política é idêntica à ideia de igualdade de voz, só que a igualdade de voz correspondia não só a fala, mas ao direito de ser ouvido, porque era através da fala que o cidadão participava ativamente na definição das leis que valiam para todos. Temos aí a vida ativa e o autogoverno. Essa ideia eu tento explorar, indiretamente, como fio condutor do livro, buscando mostrar que o impedimento à manifestação à voz da maioria dos brasileiros, a não representação da pluralidade de vozes, da diversidade de vozes na sociedade brasileira contemporânea, tem algo a ver com uma característica histórica da ausência de voz da grande maioria da população que não participa do debate público, que hoje é controlado pelos grandes meios de comunicação. A ideia de discutir o conceito de cultura do silêncio vinculado à ideia de democracia está na base não só do conceito de “cultura do silêncio”, que Paulo Freire consegue trazer lá do Padre Vieira, como está na raiz mesmo, na própria ideia de democracia. Esse é o contexto da discussão.

Communicare - Para discutir essas questões o senhor provavelmente teve que retomar o debate de um livro anterior, “Liberdade de imprensa x liberdade de expressão”. Nele o senhor faz uma distinção muito clara entre essas formas de liberdades e aponta que há, principalmente por parte dos grandes meios de comunicação, uma tentativa de confundi-las.

VL - O que há na verdade no mundo contemporâneo, não só no Brasil, é uma distorção deliberada de identificar liberdade de expressão com liberdade da imprensa. Há alguns anos isso começou a me incomodar tanto que reuni textos que havia escrito tratando dessa questão de diferentes formas para mostrar como essa equação é inteiramente equivocada. Na verdade, é uma construção ideológica que favorece àqueles que controlam o acesso ao debate público nas sociedades contemporâneas. A liberdade de expressão, como acabei de falar aqui, está vinculada à uma ideia de democracia, desde Atenas, desde 400 a.C. A ideia de liberdade de expressão era tão forte na democracia ateniense que havia quatro palavras gregas diferentes que expressavam “liberdade de expressão”, cada uma com uma característica diferente. Então, a liberdade de expressão é muito anterior à existência de uma intermediação tecnológica para a expressão da voz. Quando o tema da liberdade de expressão é retomado modernamente na Inglaterra do século XVII, ou seja, 21 séculos depois, a principal referência para esse debate é o John Milton, que escreveu, em 1644, um ensaio que se chama “Areopagítica”, que tem sido traduzido ao longo do tempo como um ensaio sobre a liberdade de imprensa. Só que, e isso é uma das coisas que eu também tento mostrar nesse livro que você mencionou, na Inglaterra do século XVII, a liberdade de imprimir não era liberdade da imprensa, era liberdade individual de alguém escrever alguma coisa e imprimir com seus próprios recursos. É interessante se você faz essa análise, a partir do que significam as palavras em inglês. Você tem a liberdade de fala, que é a liberdade de *speech* e liberdade de *press* que é imprimir. Com o passar do tempo a palavra *press* passou também a significar a imprensa. Mas aí, a liberdade *of the press* é diferente do que a liberdade *of print*, de imprimir. Eu tento mostrar que vai havendo uma distorção que ignora o fato de que a liberdade da imprensa, como ela é entendida hoje, é uma coisa muito diferente do fato de se imprimir um folheto individual, como era o próprio caso do John Milton que queria imprimir o folheto que escreveu. Há todo um processo até o surgimento de uma instituição que começa a ser chamada de “imprensa” e que, com a complexidade da sociedade, vai alterando, de forma radical, a possibilidade de expressão compartilhada de ideias e debates para o autogoverno. Porque hoje,

no mundo contemporâneo, qualquer cidadão depende da intermediação desses meios tecnológicos para participar do debate público. Isso é tão verdade que, no início do século XX, em 1909, o Max Weber publicou um texto, que eu cito sempre, em que ele identifica um problema com relação a formação da opinião pública, porque ele se dá conta de que a imprensa passa a ser algo que requer capital, cada vez mais capital, portanto menos pessoas podiam controlar a publicação não só de periódicos, como também de livros. Em um congresso de sociologia na Alemanha, Weber levanta a questão de que isso poderia ser uma ameaça à formação democrática da opinião pública. Isso em 1909. De lá para cá há uma consolidação da necessidade de capital para se ter esses meios tecnológicos. E vai se ficando cada vez mais distante da ideia de liberdade de expressão, do direito ateniense à voz, quando o cidadão participava, no *Ágora*, do debate público. A preocupação era apontar a diferença existente entre a ideia histórica de liberdade de expressão, do direito de voz e o que veio a ser, depois, a liberdade da imprensa, que são essas empresas que exploram comercialmente a difusão de informações e o acesso ao debate público nas sociedades contemporâneas.

Communicare - Ao fazer essa distinção entre liberdade da imprensa e liberdade de expressão, como é possível, ao mesmo tempo, proteger a imprensa e o direito dos cidadãos?

VL - Os principais teóricos da democracia representativa, da democracia liberal representativa contemporânea, como Giovanni Sartori e Robert Dahl, só para citar dois conhecidíssimos no Brasil, colocam a questão da liberdade de imprensa como fundamental no processo democrático, porque se apoiam em uma ideia de que a formação de opinião funcionaria de forma equivalente ao mercado de bens de consumo. No liberalismo clássico, teríamos um mercado livre de ideias, como teríamos um mercado livre de bens. Giovanni Sartori, por exemplo, fala em uma estrutura policêntrica dos meios de comunicação. Isso implica que haja competição no mercado das empresas de comunicação. Da mesma forma, o Robert Dahl diz que o cidadão das sociedades de democracia liberal e representativa precisa ter uma “competência cívica”, dada pelo livre fluxo de informação, que vai possibilitar a formação de uma opinião pública autônoma e independente. Eu também defendo a mesma liberdade de imprensa que os teóricos da democracia liberal defendem. Que seja uma imprensa que possibilite a formação de uma opinião pública democrática. Porque, sem o que o Giovanni Sartori chama de “estrutura policêntrica”, não há nenhuma possibilidade de se formar uma “competência cívica”.

ca”, na linguagem de Robert Dahl, que seja independente e autônoma. No Brasil, na verdade, existe uma corrupção da opinião pública, porque pouquíssimos grupos empresariais controlam a informação pública e, portanto, o acesso ao debate público. Não temos a representação do conjunto da população no debate público. Assim, eu defendo uma liberdade da imprensa que não corrompa a opinião pública e que garanta, dentro da perspectiva da democracia e do conceito inicial de democracia grega, a participação e o autogoverno.

Communicare – Como o senhor reflete essas questões, a partir do que o Manuel Castells denomina de “autocomunicação de massas”? Como deveríamos discutir essas liberdades no novo contexto tecnológico que permite que muitos produzam conteúdo?

VL - Tenho tentado refletir sobre isso, mas acho que, até por uma questão geracional, tenho dificuldade de me apropriar da dimensão dessa nova realidade. Mas percebo que estamos vivendo em um momento de transição, que ainda não está completo, mas não tenho nenhuma dúvida de que as novas tecnologias estão provocando um “tsunami” no quadro tradicional desse debate. Agora, também tenho acompanhado pesquisas sobre o conteúdo que circula nas redes que, muitas vezes, pessoas que são entusiastas das novas tecnologias não levam em conta. Essas pesquisas ainda confirmam que, embora a Internet tenha crescido muito, a televisão e o rádio são as mídias mais utilizadas. Hoje aproximadamente 50% utilizam a Internet, mas a grande maioria chega à informação pelas plataformas de redes sociais como o Facebook, Instagram, Twitter. Ou seja, há uma nova concentração. Afora isso, os grandes veículos na internet continuam sendo dos grandes grupos de mídia *G1, UOL, Abril, Estado, R7*, então, o conteúdo continua vindo do mesmo lugar. Há uma explicação óbvia para isso: os blogueiros individuais, as microempresas que têm portais etc., não possuem a estrutura empresarial para colher, produzir e distribuir conteúdo como os grandes grupos de mídia. Em consequência, as fontes principais de informação continuam sendo os velhos grupos de mídia. E se isso é verdade, mesmo com a Internet, do ponto de vista da formação da opinião pública, não temos alteração significativa. A minha resistência fundamental é contra o argumento de que hoje temos a informação na palma da mão e que essa discussão sobre liberdade de expressão não faria sentido, porque todos podem se expressar na rede. Ao dizer isso, está-se querendo dizer que o peso que alguém pode ter num blog na rede é igual ao peso da *Rede Globo*. E isso é um absurdo.